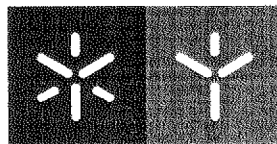




PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Universidade do Minho  
Escola de Direito

# **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**

**ENTRE**

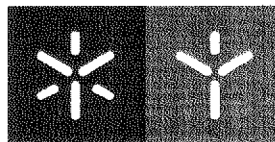
**A PROCURADORIA-GERAL DA  
REPÚBLICA**

**E A**

**ESCOLA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO MINHO**



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



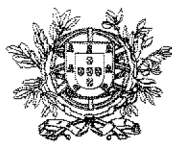
Universidade do Minho  
Escola de Direito

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**  
**ENTRE**  
**A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E A**  
**ESCOLA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

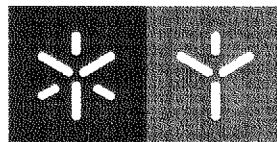
A **Procuradoria-Geral da República** - adiante designada por PGR - com sede na Rua da Escola Politécnica, 140, Lisboa e a **Escola de Direito da Universidade do Minho** - adiante designada por ED - com sede no *Campus* de Gualtar, Braga,

**considerando:**

- O Protocolo celebrado entre a Procuradoria-Geral da República e a Universidade do Minho, nesta data;
- Que a realização de estudos relativos à investigação sobre a prática judiciária constitui uma recomendação do Conselho da Europa (Recomendação N.º R(92) 17, de 92.10.19, relativa à coerência na aplicação das penas);
- Que a Escola de Direito da UM pretende iniciar a execução de projectos de investigação científica centrados na análise dos pareceres e outros trabalhos produzidos pela PGR, sendo fundamental e imprescindível, para tanto, o acesso ao texto integral daqueles textos e respectivos processos;
- Que a Escola de Direito tem em funcionamento o Mestrado em Direito Judiciário, no qual colaboram membros externos, incluindo Magistrados do Ministério Público, alguns dos quais ligados à PGR;
- O interesse dos mestrandos deste curso na investigação especializada no domínio do direito judiciário, em particular no que concerne à investigação criminal;



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Universidade do Minho  
Escola de Direito

- Que a PGR dispõe dos instrumentos necessários e adequados a permitir o acesso aos referidos documentos, em termos compatíveis com as exigências do estudo empírico e investigação científica que se pretende iniciar;

**Acordam em estabelecer o presente protocolo-adenda, que se regerá pelas seguintes cláusulas:**

#### **Cláusula Primeira**

A PGR e a ED acordam em colaborar no domínio da investigação jurídica e judiciária, sobretudo no que diz respeito ao estudo sobre a investigação criminal e respectivas metodologias.

#### **Cláusula Segunda**

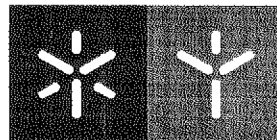
Em particular, a PGR e a ED acordam em levar a cabo estudos no domínio do “sentencing” (incluindo aplicação de penas nas várias formas de processo e soluções de diversão penal), de forma a estabelecer ideias e propostas que possam ser úteis para o conhecimento e a aplicação prática desta matéria, especialmente no direito processual penal, em articulação com outras instituições de ensino superior e de justiça que, com a PGR, pretendam desenvolver idêntico trabalho.

#### **Cláusula Terceira**

A PGR e a ED acordam em permutar as respectivas publicações internas ou públicas e demais informações relevantes naqueles domínios.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Universidade do Minho  
Escola de Direito

#### **Cláusula Quarta**

A PGR concede acesso privilegiado aos respectivos arquivos, incluindo os informatizados, exclusivamente para os fins indicados na cláusula primeira e no respeito das normas legais sobre sigilo e reserva dos dados aí existentes.

#### **Cláusula Quinta**

Sem prejuízo das limitações impostas por lei, a PGR facilitará a recolha dos seus pareceres e demais textos pela ED, que as utilizará na investigação científica.

#### **Cláusula Sexta**

A ED disponibiliza-se para participar, na medida em que os seus recursos e desenvolvimento o permitam, nos estudos que a PGR promova, colaborando, quer na sua estruturação, quer no tratamento de dados.

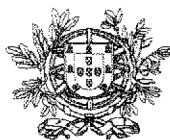
#### **Cláusula Sétima**

A PGR disponibiliza-se para colaborar, na medida do possível, nas investigações conduzidas pela ED, quer na pesquisa documental, quer na co-orientação de investigações empíricas, bem como na leccionação de matérias, em cursos de especialização e de pós-graduação, na medida das suas possibilidades e de acordo com as normas em vigor, quando solicitada pela ED.

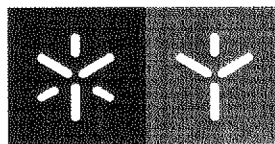
#### **Cláusula Oitava**

A PGR e a ED comprometem-se, ainda, a colaborar mutuamente na realização de iniciativas de natureza científica e forense, relacionadas, de um modo especial, com o





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Universidade do Minho  
Escola de Direito

direito judiciário, tais como conferências, seminários, sessões de estudo, jornadas e aulas abertas.

#### **Cláusula Nona**

A PGR e a ED indicam anualmente um interlocutor com vista à execução do presente protocolo.

#### **Cláusula Décima**

As partes podem, a todo o tempo, rever o presente protocolo, e qualquer delas pode, também a todo o tempo, denunciá-lo livremente.

#### **Cláusula Décima Primeira**

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.

Feito e assinado em dois exemplares

Braga, 29 de Junho de 2010

**Procuradoria-Geral da República**

O Procurador-Geral

**Escola de Direito da Universidade  
do Minho**

O Presidente

Conselheiro Fernando Pinto Monteiro

Prof. Doutor Heinrich Hörster